

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS

JULIANA CORRALES TAUIL

**A OCORRÊNCIA DA IMPLICATURA CONVENCIONAL NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO A PARTIR DE ITENS LEXICAIS EXPRESSIVOS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2017

JULIANA CORRALES TAUIL

**A OCORRÊNCIA DA IMPLICATURA CONVENCIONAL NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO A PARTIR DE ITENS LEXICAIS EXPRESSIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado na disciplina de TCC 2, do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação – DALIC – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Roberlei Alves Bertucci

CURITIBA

2017

Ministério da Educação

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Campus Curitiba

Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação

Departamento Acadêmico de Letras Estrangeiras Modernas

Curso de Graduação em Letras Português/Inglês



TERMO DE APROVAÇÃO

A OCORRÊNCIA DA IMPLICATURA CONVENCIONAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO A PARTIR DE ITENS LEXICAIS EXPRESSIVOS

por

JULIANA CORRALES TAUIL

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 28 de novembro de 2017 Como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado no curso de Letras Português/Inglês. O candidato **JULIANA CORRALES TAUIL** foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Roberlei Alves Bertucci
Professor orientador

Rossana Aparecida Finau
Membro titular

Paula Ávila Nunes
Membro titular

À minha mãe, que agora, sempre que aparentemente viola o Princípio de
Cooperação, olha para mim e pergunta:
– Pegou a implicatura?

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ser Aquele em que todas as coisas convergem.

Ao meu orientador, *Roberlei Alves Bertucci*, pelo exemplo de dedicação, profissionalismo e esmero como professor e orientador.

Aos meus colegas jornalistas e estudantes de jornalismo, que colaboraram com esta pesquisa.

Aos meus pais, *Bernadete* e *Karam*, por me ensinarem o gosto pelos estudos e pelo apoio incondicional.

A *Alexei Nowatzki*, pelos conselhos e carinho sempre presentes.

RESUMO

TAUIL, Juliana Corrales. A ocorrência da implicatura convencional no português brasileiro a partir de itens lexicais expressivos. 2017. 58 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português/Inglês) – Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

Este trabalho se enquadra nos estudos de semântica e pragmática e busca descrever, com base nos estudos de Grice (1975), Bach (1999), Potts (2003) e Pires de Oliveira e Basso (2014), a ocorrência das implicaturas convencionais (ICs) no português brasileiro a partir de itens lexicais expressivos. Com exceção da breve descrição dessa implicatura por Pires de Oliveira e Basso (2014), não há nenhum outro trabalho que tenha realizado essa investigação, no português, a partir de tal perspectiva teórica. Assim, apresenta-se, primeiramente, um breve panorama dos estudos sobre inferências em semântica e pragmática, a fim de comparar a IC aos demais tipos de implicações. Descrevem-se também as propriedades das ICs, assumindo-se que ocorrem no nível avaliativo, independem das condições de verdade da sentença e não são veiculadas como conteúdo proposicional. Sob esse contexto, a presença da IC em sentenças que estão em discurso indireto gera uma leitura dupla, cujo escopo pode ser atribuído tanto ao falante da proposição, numa leitura de implicatura convencional por excelência, quanto ao sujeito do discurso reportado, numa leitura de não-implicatura. A partir da aplicação de um questionário, verificou-se que os falantes nativos de português brasileiro, em especial jornalistas e estudantes de jornalismo, não só reconhecem a IC durante a leitura, mas demonstram utilizar alguns recursos para evitá-la durante a transcrição de discurso direto para o indireto, durante a produção de texto.

Palavras-chave: Semântica. Inferência. Implicatura Convencional. Português Brasileiro.

ABSTRACT

TAUIL, Juliana Corrales. The occurrence of conventional implicature in Brazilian Portuguese through expressives. 2017. 58 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português/Inglês) – Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

This work is based on the studies of Semantics and Pragmatics and aims to describe, based on the studies of Grice (1975), Bach (1999), Potts (2003) and Pires de Oliveira and Basso (2014), the occurrence of conventional implicature (CI) in Brazilian Portuguese through expressives. Except for the brief description of this implicature by Pires de Oliveira and Basso (2014), there is no other work that has proposed this investigation, in Portuguese, from such a theoretical perspective. Thus, a brief overview of the studies on inferences in Semantics and Pragmatics is presented firstly, in order to compare CIs to the other types of implications. The properties of the CIs are also described, assuming that they occur at the evaluative level and are independent of the truth conditions and at-issue contents of the sentence. In this context, the presence of CI in sentences that are in indirect speech generates two different reading possibilities, whose scope can be attributed to both the speaker of the proposition, in a reading of conventional implicature, and the subject of the discourse reported, in a reading of non-implicature. Based on the application of a questionnaire, it was verified that the native speakers of Brazilian Portuguese, especially journalists and Journalism students, not only recognize the CI in the reading, but demonstrate to use some resources to avoid it during transcriptions of direct speech to indirect speech, in writing.

Keywords: Semantics. Inference. Conventional Implicature. Brazilian Portuguese.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 – NÚMERO DE RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 1, POR OPÇÃO	40
TABELA 2 – PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE REALIZARAM A LEITURA DE IC, NA QUESTÃO 1, POR OCUPAÇÃO	41
TABELA 3 – NÚMERO DE RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 2, POR OPÇÃO	42
TABELA 4 – PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE REALIZARAM A LEITURA DE IC, NA QUESTÃO 2, POR OCUPAÇÃO	43
TABELA 5 – NÚMERO DE RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 3, POR OPÇÃO	43
TABELA 6 – PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE REALIZARAM A LEITURA DE IC, NA QUESTÃO 3, POR OCUPAÇÃO	44
TABELA 7 – PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE EVITARAM A IC NA TRANSCRIÇÃO DE DISCURSO, NA QUESTÃO 5, POR OCUPAÇÃO.....	46
TABELA 8 – PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE EVITARAM A IC NA TRANSCRIÇÃO DE DISCURSO, NA QUESTÃO 6, POR OCUPAÇÃO.....	48
TABELA 9 – COMPARAÇÃO, EM PORCENTAGEM, DAS TRANSCRIÇÕES QUE EVITARAM A IC, NAS QUESTÕES 5 E 6, POR OCUPAÇÃO	48
QUADRO 1 – TRANSCRIÇÕES OBTIDAS NA QUESTÃO 4, POR OCUPAÇÃO..	45
QUADRO 2 – TRANSCRIÇÕES OBTIDAS NA QUESTÃO 5, POR OCUPAÇÃO..	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	INFERÊNCIAS	13
2.1	ACARRETAMENTO	13
2.2	PRESSUPOSIÇÃO	14
2.3	IMPLICATURA	16
2.3.1	Implicatura conversacional.....	20
2.3.2	Implicatura convencional	22
3	IMPLICATURA CONVENCIONAL	24
3.1	PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE IMPLICATURA CONVENCIONAL	24
3.2	A IMPLICATURA CONVENCIONAL EM CONTRASTE AOS OUTROS TIPOS DE INFERÊNCIAS.....	28
3.3	A IMPLICATURA CONVENCIONAL E O DISCURSO INDIRETO – IMPLICAÇÕES DE LEITURA	33
4	ANÁLISE DE DADOS	35
4.1	HIPÓTESE E METODOLOGIA	35
4.2	<i>ESSA MERDA, AQUELE HORROR</i> : EXPRESSIVOS AVALIADOS NO LEVANTAMENTO DE DADOS	36
4.3	<i>FOI A MARIA OU A JOANA?</i> RECONHECIMENTO DA IMPLICATURA CONVENCIONAL PELOS FALANTES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	BIBLIOGRAFIA	52
	APÊNDICE 1	54

1 INTRODUÇÃO

A linguagem é um processo, um trabalho de constituição e estruturação que se dá interior e exteriormente ao sujeito, sendo não apenas uma ferramenta social, mas um sistema “aberto e criativo e, por isso, disponível ao atendimento das necessidades e intenções das mais variadas condições de comunicação” (FRANCHI, 1992, p. 26). No sujeito, essa atividade de linguagem ocorre por meio de uma “racionalidade silenciosa” – um conhecimento intrínseco, inconsciente e não verbalizado que cada falante tem sobre sua língua, denominado conhecimento epilinguístico (ROMERO, 2011).

O conhecimento epilinguístico designa uma atividade seletiva. A partir dele, fornecem-se caminhos não arbitrários para a ação linguística – a fim de que haja estabilidade na língua – e conscientes – no sentido de que se pressupõe a racionalidade na tomada de decisões para a enunciação, não um sujeito consciente sobre essa atividade invisível por si próprio (ROMERO, 2011).

Esse conhecimento, quando aplicado durante o processo de escolha – inconsciente – dos caminhos possíveis de uma enunciação, deixa rastros de sua existência, uma vez que “por trás de toda exteriorização, existem operações que se fazem sempre presentes e que nela deixam vestígios” (ROMERO, 2011, p. 155).

Considerando-se, pois, que cada falante possui esse saber intrínseco de sua língua materna, ou seja, esse “conhecer intuitivamente e empregar com facilidade e naturalidade as regras básicas do funcionamento [da língua]” (BAGNO, 2013, p. 51) e deixa vestígios desse conhecimento na ação linguística, torna-se possível analisar seus enunciados e, assim, não apenas melhor compreender o funcionamento da linguagem na mente humana, mas também o da própria língua do falante em questão.

Sendo assim, o conhecimento epilinguístico torna-se a base para a existência e para o funcionamento da língua – pois é, ao mesmo tempo, “princípio e instrumento que permite apreender como a linguagem funciona” (ROMERO, 2011, p. 161) –, mas também para o estudo da linguagem e para sua conceitualização.

Para contribuir com tal estudo, este trabalho analisa, dentre os inúmeros fenômenos possíveis de serem estudados nas línguas naturais, as inferências, um recurso lógico utilizado para deduzir e concluir informações a partir de dados, afirmações ou sentenças (FERREIRA, 2010, p. 424).

Segundo Cançado (2013), a noção de inferência ou implicação é gradual, desde mais restrita – como o acarretamento – até mais genérica – como a implicatura conversacional. Neste trabalho, apresenta-se um panorama sobre os estudos de inferências, porém, atém-se à implicatura convencional (IC), um tipo de inferência diretamente atrelado a um item lexical específico, disparado independentemente do contexto e que contribui para uma visão multidimensional de semântica (POTTS, 2003a). Aqui, pretende-se demonstrar a ocorrência dessa implicatura no português brasileiro a partir de itens lexicais expressivos, bem como seu reconhecimento por parte dos falantes nativos de língua portuguesa, em especial, jornalistas e estudantes de jornalismo, uma vez não são apenas falantes da língua, mas também a utilizam como ferramenta de trabalho – logo, estando intimamente ligados com a produção de texto e seu estudo e, por isso, sendo talvez mais sensíveis a esse tipo de inferência, comum a todos os falantes da língua (GRICE, 1975).

Nesse contexto, a relevância de se estudar as ICs diz respeito, primeiramente, à compreensão da atividade epilinguística. Como já mencionado, descrever um determinado fenômeno é uma maneira de tentar compreender o funcionamento e a arquitetura da mente humana – como se dá o processamento da linguagem a nível semântico-pragmático e a própria cognição. Dessa forma, pode-se também compreender o que já se sabe sobre determinada língua e, assim, descrever seus fenômenos.

Além disso, o número de trabalhos voltados à descrição dessa inferência no português brasileiro ainda é pequeno (PIRES DE OLIVEIRA, 2017, informação verbal)¹. A partir de uma breve pesquisa no portal de periódicos da CAPES, realizada em 16 de maio de 2017, é possível perceber que, comparada aos demais tipos de inferências e de implicaturas, a implicatura convencional não é tão comumente abordada nas pesquisas. Dos 5.665 resultados para o termo “inferências”, é possível destacar 200 que tratem especificamente do termo “implicatura”. Já ao refinar a pesquisa para o termo “implicatura convencional”, são encontrados apenas 14 resultados, sendo 13 artigos e 1 resenha; contudo, nenhum deles se propõe a descrever o fenômeno no português brasileiro, apenas mencionando o assunto como parte de outras abordagens teóricas.

Para tanto, tem-se como referência o trabalho de Grice (1975), que primeiro menciona a existência da IC, de Bach (1999), que problematiza os dados levantados por

¹ Palestra ministrada pela professora Roberta Pires de Oliveira aos alunos e professores da graduação e da pós-graduação de Letras na Universidade Tecnológica Federal do Paraná em 17 de abril de 2017, intitulada “Falando de implicaturas”.

Grice, de Potts (2003a), cujo estudo formaliza a ocorrência das implicaturas convencionais, e de Pires de Oliveira e Basso (2014), que apresenta um panorama das pesquisas sobre ICs e estuda, brevemente, sua ocorrência em PB, detendo-se à análise de diminutivos como disparadores dessa implicatura. Por isso, são necessárias pesquisas que continuem a descrevê-las enquanto fenômeno também da língua portuguesa, demonstrando como ocorrem e quais suas consequências para o estudo da língua e do processamento linguístico nos falantes.

A escolha por um grupo específico de falantes de língua portuguesa para esta pesquisa diz respeito ao contexto de atuação desses sujeitos. Para Grice (1975), o conhecimento implícito do falante pode ser mapeado linguisticamente. O jornalista, enquanto profissional que utiliza a linguagem como ferramenta de trabalho, não se coloca apenas como leitor, mas como próprio produtor do texto. Por isso, é relevante verificar se esse profissional se utiliza do conhecimento epilinguístico que possui para evitar a subjetividade proporcionada pelas implicaturas convencionais dentro do discurso indireto, amplamente utilizado em vários gêneros textuais do campo jornalístico. Em outras palavras, pretende-se descrever como ele seleciona modos de dizer, primeiramente enquanto falante e leitor, depois enquanto produtor sob o contexto restrito da sua profissão – guiada pela própria busca da objetividade –, a fim de evitar deturpações, ambiguidades e interpretações equivocadas da informação que se quer veicular.

Além disso, as contribuições do estudo da atividade epilinguística e dos fenômenos inferenciais para o próprio jornalista dizem respeito à forma como ele utiliza a língua escrita. A partir do momento em que se identificam ambiguidades, incoerências, imprecisões e outras ocorrências no texto, o profissional pode aprimorar sua produção e, assim, cumprir mais precisa e eficientemente a função que desempenha – a partir de um conhecimento que, como falante nativo e estudioso da língua, ele já possui, assim como lembram Negrão et al (2014).

Sendo assim, este trabalho descreve a ocorrência da implicatura convencional (IC) no português brasileiro a partir do uso de itens lexicais expressivos. Para tanto, no capítulo 1, compara-se a IC aos demais tipos de inferências descritos pelas teorias semântico-pragmáticas, a saber, acarretamento, pressuposição e implicatura. Para a definição e contextualização da IC, tomam-se como referência os estudos de Grice (1975), Bach (1999), Potts (2003a,b) e Pires de Oliveira e Basso (2014).

Para demonstrar como a IC ocorre a partir dos itens em foco, elencam-se também as propriedades de tais itens, a fim de relacioná-los às diversas interpretações possíveis para as sentenças em discurso indireto que possuem IC, no capítulo II.

Por fim, apresentam-se os dados obtidos sobre o julgamento dos jornalistas e estudantes de jornalismo falantes nativos de língua portuguesa a respeito das ICs, analisados no capítulo III, bem como as conclusões desta pesquisa e seus desdobramentos possíveis.

2 INFERÊNCIAS

As inferências são definidas como uma operação lógica que gera uma informação *i* a partir de uma informação *s* devido a fatores cognitivos, semânticos, lexicais e/ou contextuais (FERREIRA, 2010, p. 424). Em outras palavras, “é a operação pela qual se admite como correta uma proposição em virtude de sua ligação [...] com outras proposições consideradas verdadeiras” (FIORIN, 2017, p. 31). Por exemplo, na frase “Pedro foi demitido”, pode-se inferir que: i) ele estava trabalhando antes; e ii) ele não está trabalhando agora. No entanto, tais inferências, embora disparadas pelo mesmo item *demitido*, são diferentes, já que a primeira não pode ser colocada suspeita, enquanto a segunda pode ser falsa – Pedro pode ter encontrado um emprego e estar trabalhando agora.

Assim, ao se veicular uma dada sentença, é possível, de maneira intuitiva, “deduzir várias outras sentenças verdadeiras a partir da primeira” (CANÇADO, 2013, p. 23). Esse tipo de relação é essencial para a comunicação humana, uma vez que permite com que muitas informações não precisem ser mencionadas, repetidas ou explicadas.

Essa diferença na interpretação das inferências mostra que, para compreender como as inferências funcionam, é necessário entendê-las como causadas por fenômenos diversos e distintos, estudados tanto pela semântica quanto pela pragmática. Sendo assim, observam-se os seguintes fenômenos: acarretamento, pressuposição e implicatura, descritos e analisados brevemente a seguir.

2.1 ACARRETAMENTO

O acarretamento é um tipo de inferência lógica causado por uma relação entre sentenças, mais precisamente quando uma sentença B é necessariamente inferida a partir de uma sentença A (CANÇADO, 2013; FIORIN, 2017). Para verificar a ocorrência do acarretamento, considera-se apenas o que está contido linguisticamente nas sentenças, ou seja, o conteúdo proposicional – o que é, portanto, veiculado semanticamente. Assim, segundo Cançado (2013, p. 33), tem-se o seguinte cálculo:

duas sentenças estabelecem uma relação de acarretamento se: a sentença (a) for verdadeira, a sentença (b) também será verdadeira; a informação da sentença (b) estiver contida na informação da sentença (a); a sentença (a) e a negação da sentença (b) forem sentenças contraditórias.

Sendo assim, para que uma sentença (a) acarrete uma sentença (b), é necessário que cada exigência mencionada acima seja atendida. É possível observar essa relação em (1):

- (1) a. João matou Pedro.
b. Pedro está morto.

Primeiramente, se a sentença (1a) for verdadeira, (1b) é obrigatoriamente verdadeira. Sendo assim, a informação de (1b) está contida em (1a) – se João matou Pedro, Pedro está morto. Por fim, se se raciocina que João matou Pedro, mas Pedro não está morto, tem-se uma contradição. Por isso, (1a) acarreta (1b).

Ao contrário, algumas sentenças não estabelecem essas relações. Por exemplo:

- (2) a. Maria comeu macarrão no almoço.
b. Maria comeu algo quente no almoço.

Em (2), fazendo-se o teste de contradição, é possível afirmar que (2a) não acarreta (2b), uma vez que “Maria comeu macarrão no almoço, mas Maria não comeu algo quente no almoço” não é uma sentença contraditória – o macarrão poderia estar frio, por exemplo. Por isso, não há, nesse caso, acarretamento.

Entretanto, há outros tipos de inferências que levam em conta outros aspectos, como o compartilhamento do conhecimento de uma situação pelos falantes. Passa-se a analisá-los a seguir.

2.2 PRESSUPOSIÇÃO

Diferentemente do acarretamento, a pressuposição é o conteúdo compartilhado por sentenças de uma mesma família, cuja característica principal é que a informação imposta como verdade, ou seja, pressuposta, não sendo sensível à negação, à interrogação nem ao encadeamento (CANÇADO, 2013; FIORIN, 2017). Para que uma pressuposição

seja gerada, é necessário que seja disparada por determinados termos da sentença, mas também é preciso que haja um conhecimento prévio compartilhado entre os falantes para que tal informação seja inferida. Por esse motivo, a pressuposição é considerada um fenômeno semântico-pragmático (CANÇADO, 2013). Como exemplo, tem-se (3):

- (3) a. O João sabe que o Pedro é atleticano.
b. O Pedro é atleticano.

A informação de (3b) permanece verdadeira mesmo que (3a) esteja na forma afirmativa (3a), negativa (3a'), interrogativa (3a'') e condicional (3a'''), ou seja, é pressuposta em todas as sentenças da Família-P de (3):

- (3) a. O João sabe que o Pedro é atleticano.
a'. O João não sabe que o Pedro é atleticano.
a''. O João sabe que o Pedro é atleticano?
a'''. Se o João sabe que o Pedro é atleticano, então não vai no jogo com ele.
b. O Pedro é atleticano.

Logo, (b) é uma pressuposição gerada por (a) e toda sua família.

Algumas relações de pressuposição também podem ser relações de acarretamento. Porém, não é necessário que haja acarretamento para haver pressuposição (ou vice-versa). Por exemplo, tem-se (4):

- (4) a. O Pedro vendeu um celular.
b. Alguém vendeu um celular.

Em (4), a informação (4b) é acarretada por (4a) – afinal, se Pedro vendeu um celular, alguém vendeu um celular e, se Pedro vendeu um celular, mas ninguém vendeu um celular, tem-se uma contradição. Porém, a informação (4b) não é pressuposta por (4a): se a sentença (4a) for passada para a forma negativa, (4b) não se mantém: se se sabe que Pedro não vendeu um celular, não é possível, a partir dessa informação, pressupor que alguém tenha vendido.

Por fim, outro tipo de inferência em que o contexto é ainda mais essencial é a implicatura, relacionada à proposta de Grice (1975), analisada a seguir.

2.3 IMPLICATURA

A implicatura, por sua vez, é uma inferência pragmática gerada a partir do contexto compartilhado pelos interlocutores. Ela ocorre quando o ouvinte precisa preencher uma lacuna deixada pelo falante em determinado enunciado – quando a informação veiculada por um falante f para um ouvinte o parece ser irrelevante, insuficiente, falsa ou inadequada para o contexto conversacional c compartilhado por f e o , que precisa então inferir outra informação que se encaixe em c . É a implicatura que torna possível a veiculação de uma informação que não está presente na proposição em si (LEVINSON, 2007), diferentemente do que ocorre no acarretamento e na pressuposição, quando a inferência é gerada devido ao conteúdo veiculado linguisticamente.

Esse fenômeno ocorre graças ao Princípio de Cooperação (GRICE, 1975), um comportamento racional e natural, entre os falantes, que guia todas as contribuições feitas na conversa, tornando possível a comunicação clara, eficaz e sem ruídos. É importante mencionar, como afirma Fiorin (2017), que esse princípio é uma condição necessária e geral para que haja a comunicação, não uma regra a ser seguida conscientemente durante as conversações; é um “acordo subjacente de comunicação linguística” (CANÇADO, 2013, p. 152), ou seja, ocorre naturalmente.

O Princípio de Cooperação possui quatro máximas (GRICE, 1975):

- a) máxima da qualidade: a contribuição de um falante f é verdadeira;
- b) máxima da quantidade: a contribuição de f veicula o máximo de informação possível que f possui em determinado contexto c ;
- c) máxima do modo: f é claro, breve e ordenado em sua contribuição;
- d) máxima da relevância: a contribuição de f é relevante para a comunicação em c .

A primeira máxima, intitulada máxima da qualidade, estabelece que a proposição feita pelo falante é verídica, fazendo com que ele não afirme o que acredita ser falso nem para o qual não possa fornecer provas. Suponha-se que duas amigas estejam numa loja de móveis de luxo, por exemplo, e tenha-se o diálogo a seguir:

Amiga 1:

– O que você achou desse sofá?

Amiga 2:

– Barátíssimo! Acho que vou levar três!

Nessa situação, é óbvio tanto para uma quanto para a outra que nenhum dos móveis da loja, por ser uma loja de luxo, pode ser considerado barato. Sob esse contexto, afirmar que o sofá é tão barato a ponto de se comprar várias unidades dele é quebrar, claramente, a máxima da qualidade, afirmando algo completamente falso. Por isso, pode-se inferir que a interlocutora, na verdade, está sendo irônica e afirmando que o preço do sofá é exorbitante, por exemplo.

A segunda máxima, por sua vez, chamada de máxima da quantidade, postula que o falante veicula a quantidade correta de informações exigidas pela conversação, nem mais, nem menos. Imaginando-se um exemplo sob o mesmo contexto anterior, suponha-se que haja o diálogo a seguir:

Amiga 1:

– Mas por que esse sofá precisa ser tão caro?

Amiga 2:

– Luxo é luxo, né?

Nessa situação, a resposta dada pela segunda interlocutora aparentemente não fornece nenhuma resposta satisfatória à pergunta da primeira. Espera-se que ela dê motivos claros, que, por exemplo, poderiam ser “a qualidade do material”, “a costura reforçada”, dentre outros. Entretanto, ao afirmar “Luxo é luxo”, a interlocutora aparentemente viola a máxima da qualidade ao tentar justificar o motivo do alto preço. Assim, pode-se inferir que ela faz essa justificativa com base na origem do sofá, vendido por uma loja luxuosa e, portanto, cara.

Já a terceira máxima, dita máxima do modo, postula que o falante é sempre claro em suas contribuições – assim, para evitar ser obscuro, ambíguo, prolixo ou confuso. Sob o contexto dos exemplos anteriores, imagine-se que uma das mulheres pergunte à vendedora sobre o motivo do alto preço do sofá e obtenha a seguinte resposta:

Mulher:

– O preço desse sofá é alto por causa da marca dele?

Vendedora:

– Esse sofá tem um tecido costurado em países em que o algodão é de altíssima qualidade, feito por mãos especializadas desde 1983, e são pessoas extremamente confiáveis, tanto é que nossos sofás, cadeiras e demais produtos que levam tecidos são todos importados também pelas melhores empresas de transporte do país.

Aqui, a resposta dada pela vendedora à mulher é muito mais prolixa do que poderia se esperar – violando-se a máxima do modo. Pode-se inferir, portanto, que a vendedora quer contornar a situação e incentivar a compra do sofá pela sua interlocutora, fornecendo inúmeros motivos pelos quais o produto seria excelente, mesmo que seu preço seja considerado exorbitante.

Por fim, há a máxima da relação, que estabelece que o falante faz sempre contribuições pertinentes para o contexto de conversação no qual se insere. Suponha-se que haja o seguinte diálogo entre a vendedora da loja e as mulheres:

Vendedora:

– Então, vamos fechar a compra do sofá?

Mulher:

– Ah, o sofá é muito bonito mesmo.

A resposta dada à vendedora não responde, semanticamente, à pergunta feita. Pode-se inferir, nesse caso, que a interlocutora não deseja comprar o sofá e, ao mesmo tempo, não quer ser direta na sua resposta.

Em resumo, uma vez que os falantes seguem a esse princípio para que haja comunicação, sempre que um deles parece violá-lo em algum nível, entende-se que, na verdade, ele está tentando veicular uma outra mensagem – a ser inferida pelo seu interlocutor – para que continue a atender, obrigatoriamente, o próprio princípio.

De maneira geral, portanto, é possível calcular o surgimento da implicatura a partir do seguinte raciocínio: quando uma das máximas de conversação parece não ser atendida por f na comunicação com seu ouvinte o , entende-se que f quer veicular algo a mais não presente em sua contribuição. Assim, o considera que f ainda está atendendo ao Princípio de Cooperação (já que precisa dele para se comunicar) e, assim, gera uma inferência i – uma implicatura – para preencher a lacuna deixada pela contribuição aparentemente falha de f .

Por exemplo, suponhamos que haja o seguinte diálogo entre mãe e filha:

Mãe:

– Você lavou a louça que eu pedi?

Filha:

– Você viu que vídeo fofo daquele gatinho no Facebook?

No diálogo acima, a mãe espera que a filha dê uma resposta à pergunta feita – podendo ser, de maneira geral, “sim” ou “não”. Porém, ao contrário do que se espera, a filha continua a conversa propondo outra pergunta, não relacionada ao contexto de conversação de ambas – ou seja, uma pergunta irrelevante para a conversa, naquele momento –, fazendo com que aparentemente se quebre o Princípio de Cooperação e a máxima da relevância.

Considerando-se que se, em determinado momento, o falante parece abandonar uma das máximas, o ouvinte busca preencher a lacuna deixada por esse abandono, gerando implicaturas, no contexto mencionado anteriormente, é possível inferir – ou implicar – que a filha não tenha lavado a louça e queira, na verdade, mudar o foco da conversa para que sua mãe não fique brava, por exemplo – ainda atendendo ao princípio e violando-o intencionalmente para provocar uma determinada implicatura. Essas implicações funcionam, portanto, como uma maneira de preservar esse acordo (LEVINSON, 2007).

Isso posto, é possível estabelecer diferentes tipos de implicaturas, ou seja, inferências disparadas contextualmente, de acordo com a nomenclatura primeiramente utilizada por Grice (1975): as implicaturas conversacionais, disparadas a partir do contexto situacional ou gramatical, e as implicaturas convencionais – estas, um tipo diferente de implicatura não estudada por ele que, posteriormente, foi desenvolvida nos

estudos de Bach (1999), Potts (2003a,b) e de Pires de Oliveira e Basso (2014), que são o foco deste trabalho.

2.3.1 Implicatura conversacional

As implicaturas conversacionais são inferências dependentes do contexto compartilhado entre o falante e o ouvinte, seja ele situacional ou gramatical. De maneira geral, possuem as seguintes propriedades (PIRES DE OLIVEIRA; BASSO, 2014):

- a) podem ser anuladas, já que são apenas suposições feitas pelos interlocutores a partir da aparente violação do Princípio de Cooperação, e não acarretamentos ou pressuposições veiculadas linguisticamente;
- b) não são destacáveis, ou seja, não dependem de um item lexical específico para serem disparadas;
- c) são indeterminadas, porque o que pode ser inferido são uma série de informações e não uma informação específica.

Dentre esse tipo de implicatura, é possível distinguir duas classes: as generalizadas e as particularizadas.

As implicaturas conversacionais generalizadas (ICGs) são inferências pragmáticas canceláveis disparadas pelo contexto gramatical. Nas ICGs, o contexto situacional não causa interferências, exceto quando impede a implicatura. Sendo assim, sempre que houver o mesmo contexto gramatical, tem-se a mesma implicatura disparada. Por exemplo, tem-se uma ICG disparada pelo uso de numerais:

- (4) Eu tenho dois filhos.
- (5) Eu tenho apenas dois filhos e não mais do que dois.

Considerando-se a máxima da quantidade do Princípio de Cooperação, é possível supor que o falante de (4) está sendo o mais informativo que pode: ou seja, afirma que possui dois filhos e dispara a implicatura (5). Como toda implicatura, as ICGs podem ser

canceladas. Assim, é possível que o falante diga posteriormente (6), anulando a inferência (5):

(6) Eu tenho dois filhos, na verdade, tenho três.

É importante notar que a informação (5) não é acarretada nem pressuposta por (4), mas é disparada pelo item *dois* veiculado pela sentença (4). Por isso, apesar de ocorrer devido a esse contexto, é uma implicação que pode ser cancelada. Da mesma forma, como contextos gramaticais iguais, nas implicaturas conversacionais generalizadas, disparam as mesmas implicaturas, o mesmo ocorre em (7), em que se muda o item lexical e o contexto situacional, mas se mantém o contexto gramatical, ou seja, um numeral:

(7) Eu tenho três carros.

Nesse caso, a implicatura disparada é a mesma: o falante veicula que tem apenas aquela quantidade de carros e não mais do que aquela. Novamente, essa implicatura também pode ser cancelada.

As implicaturas conversacionais particularizadas, por sua vez, dependem fortemente do contexto de conversação – e não do contexto gramatical. Por esse motivo, uma sentença qualquer pode disparar uma implicatura específica em um contexto e, em outro, disparar uma implicatura completamente diferente. Da mesma forma, itens lexicais diferentes podem disparar as mesmas implicaturas, dependendo do contexto em que foram produzidas.

Observe-se os exemplos a seguir:

(8) Tá frio aqui, hein?

(9) Você poderia fechar a janela.

Em (8), o falante profere uma informação sobre o lugar: está frio. Porém, o ouvinte pode perceber que esse proferimento não é relevante para a conversação e supor que o falante está pedindo para que feche a janela – ou seja, infere que (8) leva a (9).

Por ser uma implicatura conversacional particularizada, é possível que se utilizem outros termos que gerem a mesma implicatura. Por exemplo, (10):

- (10) Tá ventando aqui, hein?
 (9) Você poderia fechar a janela.

a partir da qual pode-se inferir (9) da mesma maneira.

Além disso, a implicatura conversacional particularizada também pode ser cancelada. É possível que o falante, ao proferir (8) ou (10), não esteja pedindo para o ouvinte realizar a ação de fechar a janela, mas esteja apenas propondo um assunto a fim de estabelecer um diálogo entre eles.

Sob outro contexto, a mesma sentença (8) poderia disparar uma implicatura diferente. Imagine-se que um homem comprar recentemente um ar-condicionado para a casa. Logo depois da instalação, seu filho profere (8) e dispara a seguinte implicatura (11):

- (8) Tá frio aqui, hein?
 (11) Você ainda não aprendeu a regular o ar-condicionado novo.

Assim, sob esse contexto, ao proferir (8) o sujeito não deseja implicar (9), ou seja, pedir que fechem a janela – ao contrário, deseja implicar uma informação diferente (11), entendida somente a partir daquele contexto particular.

Por essa razão, as implicaturas conversacionais particularizadas são fortemente dependentes do contexto em que as sentenças são proferidas e, assim, disparam implicaturas diferentes; da mesma maneira, independem dos itens lexicais proferidos na sentença – por isso, itens diferentes, em determinados contextos, podem disparar a mesma implicatura.

2.3.2 Implicatura convencional

As descrições de implicatura conversacional mencionadas acima seguem o percurso mais tradicional nos estudos e manuais de semântica e pragmática, considerando os estudos iniciais propostos por Grice (1975). É ele também quem menciona a existência de outro tipo de implicatura – uma inferência gerada não pelo contexto, como nas

implicaturas conversacionais, mas pelo significado convencional das palavras. Assim, o autor as intitula implicaturas convencionais (IC), foco deste trabalho.

Para Grice (1975), as ICs ocorreriam principalmente por meio de conjunções que estabelecem determinadas relações entre sentenças, como em (12):

(12) Maria é brasileira, portanto, é bonita.

No exemplo acima, há, principalmente, a veiculação de duas informações: a de que Maria é brasileira e bonita; e a de que Maria é bonita pelo fato de ser brasileira. Assim, infere-se, a partir do item *portanto*, que a beleza de Maria decorre do fato de ela ser brasileira – entendendo-se, assim, que brasileiras são bonitas. Essa inferência, segundo Grice (1975), é uma implicatura disparada pelo significado convencional da palavra *portanto*, sem a intenção, por parte do falante, de assim fazê-lo.

Entretanto, desde Grice, outros autores contestaram essa definição e problematizaram a ocorrência das inferências geradas por essas expressões. Uma vez que este trabalho se propõe a descrever a IC, o capítulo seguinte traz um panorama sobre as discussões de autores como Bach (1999), Potts (2003) e Pires de Oliveira e Basso (2014), bem como exemplos de como tais teorias se aplicam ao português brasileiro. Em seguida, analisa-se a ocorrência da IC a partir de itens lexicais expressivos, bem como sua percepção pelos falantes nativos do português brasileiro, no capítulo final.

3 IMPLICATURA CONVENCIONAL

No capítulo anterior deste trabalho, descrevem-se as implicaturas conversacionais, intituladas assim por Grice (1975) em *Logic and Conversation*. É o mesmo autor quem, no mesmo artigo, afirma existir uma implicatura atrelada ao significado convencional das palavras – e não ao Princípio de Cooperação –, nomeando-a *implicatura convencional*. Este capítulo se dedica a descrevê-la e contextualizá-la.

3.1 PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE IMPLICATURA CONVENCIONAL

Nos estudos de Grice, a implicatura convencional seria disparada, principalmente, por meio de conjunções, como no exemplo a seguir:

(13) João é brasileiro, mas é honesto.

Em (13), veiculam-se pelo menos duas informações:

- a) João é brasileiro e é honesto;
- b) há uma oposição entre ser brasileiro e ser honesto.

Essa oposição, estabelecida pelo item *mas*, seria a implicatura gerada pelo significado convencional da conjunção. Com base nesse raciocínio, Grice (1975) apenas distingue esse tipo de possibilidade de gerar inferências – a partir do significado convencional das palavras – das demais descritas por ele – a saber, as implicaturas conversacionais, descritas no capítulo anterior, que dependem das máximas de conversação e do Princípio de Cooperação.

Sendo assim, Grice não se preocupa em descrever a implicatura convencional, mas apenas em diferenciá-la das implicaturas conversacionais, foco de sua pesquisa. Entretanto, a explicação inicial de Grice não se mostra satisfatória, como mostra Bach (1999). Para ele, o significado dito convencional das palavras não veicula, de forma

independente, informações extras, como no raciocínio visto em (13); ao contrário, esse significado é veiculado gramaticalmente, sendo uma informação, portanto, semântica, não inferencial.

Para tal raciocínio, Bach (1999) utiliza o teste do discurso indireto (DI). Esse teste consiste na passagem de sentenças em discurso direto para o indireto, em que a fala reportada na transcrição mantém, obrigatoriamente, o conteúdo proposicional da sentença de origem – ou seja, seu conteúdo imediato. Sendo assim, se uma informação é parte do conteúdo imediato da proposição, ela não é veiculada como inferência, mas aparece explicitamente no DI, como alega o autor. Como exemplo, submetendo-se (13) ao teste de DI, tem-se o seguinte resultado:

(14) O Pedro disse que o João é brasileiro, mas é honesto.

Conforme Bach (1999), a oposição veiculada por *mas* é puramente gramatical, não sendo uma inferência gerada por esse item. Isso ocorre porque a oposição veiculada pelo falante em (13) continua sendo reportada em (14) enquanto conteúdo imediato, veiculado ao sujeito gramatical da sentença. Logo, as conjunções, como *mas*, não disparariam implicaturas convencionais, mas seriam apenas “supostos dispositivos disparadores de implicatura convencional”, ou *alleged conventional implicature devices* (ACIDs), na nomenclatura de Bach (1999). Em outras palavras, Bach defende que se a oposição veiculada pela conjunção está nela própria e já fora realizada pelo falante (sentença (13)), não faz sentido tratar o caso como implicatura, visto que tal oposição permanece até mesmo no DI conforme se vê em (14).

Contudo, é Potts (2003a) quem identifica outros elementos que, apesar de semanticamente acarretados nas sentenças, não passam pelo teste do DI – ou seja, não fazem parte do conteúdo imediato da proposição. Como exemplo, tem-se (15):

(15) Essa droga de rádio não funciona.

Em (15), há a veiculação de pelo menos duas informações:

- a) o rádio não funciona;
- b) o falante considera o rádio uma droga.

Submetendo-se (15) ao teste de DI, tem-se:

(16) João disse que essa droga de rádio não funciona.

Em que:

- a) o conteúdo imediato da sentença (15) é “o rádio não funciona” e, em (16), “João disse que esse rádio não funciona”;
- b) a avaliação veiculada pela expressão *essa droga de* não interfere no conteúdo imediato da sentença (15) e, portanto, não é veiculada como conteúdo imediato em (16), sendo orientada ao falante.

Assim, Potts (2003a) traça uma generalização que configura as implicaturas convencionais, a saber, que “nenhum item lexical contribui para o conteúdo imediato da sentença e é, ao mesmo tempo, uma implicatura convencional” (p. 5, tradução minha)³.

De maneira geral, portanto, a implicatura convencional (IC) é uma inferência – ou implicação – que decorre do uso de certas expressões avaliativas orientadas ao falante e independentes do conteúdo imediato – ou proposicional – da sentença, cujas condições de verdade não a afetam. Nas palavras de Pires de Oliveira e Basso (2014, p. 171), as ICs são “um recurso linguístico para expressar outra informação associada à informação principal veiculada por uma dada sentença”. Por isso, o significado veiculado por elas não está ligado ao conteúdo proposicional nem às condições de verdade da sentença principal. Assim, as expressões disparadoras desse tipo de implicatura são utilizadas quando se deseja guiar o discurso para uma determinada direção ou auxiliar o ouvinte a entender melhor por que o conteúdo imediato é importante naquele momento⁴ (POTTS, 2003a, p. 4, tradução minha).

Segundo Potts (2003a), as ICs ocorrem especialmente por expressivos⁵ (adjetivos atributivos, por exemplo) – que são as expressões analisadas neste trabalho –, como visto

³ No original, “no lexical item contributes both to an at-issue and a CI meaning” (POTTS, 2003a, p. 5).

⁴ No original, “CI expressions are used to guide the discourse in a particular direction or to help the hearer to better understand why the at-issue content is important at that stage” (POTTS, 2003a, p. 4).

⁵ As expressões ditas expressivas são modalizadoras e geram um conteúdo avaliativo (emocional, afetivo), cujo sentido é parte do significado lexical dos itens utilizados e é orientado ao falante, não afetando as condições de verdade da sentença em que se encontra (POTTS, 2003a,b).

em (15) e (16), e por expressões suplementares⁶ (apostos, orações apositivas e advérbios parentéticos), como em (17) e (18):

- (17) Infelizmente a Maria faleceu.
 (18) João disse que infelizmente a Maria faleceu.

Em que:

- a) o conteúdo imediato de (17) é “a Maria faleceu” e, de (18), “João disse que a Maria faleceu”;
 b) a avaliação subjetiva, ou seja, a implicatura convencional, é veiculada pelo advérbio parentético orientado ao falante *infelizmente*.

Desse modo, para Potts (2003a), as ICs designam contribuições feitas pelo falante em um enunciado – são comentários que, apesar de acarretados semanticamente, não são acarretados pelo conteúdo imediato das sentenças. Assim, o que propõe Potts (2003a) é uma visão multidimensional de semântica, que assume que uma sentença pode expressar múltiplas outras, não necessariamente o conteúdo imediato apenas.

Em suma, as ICs possuem as seguintes propriedades (POTTS, 2003a, p. 209, tradução minha)⁷:

- a. são parte do sentido convencional (lexical) das palavras;
- b. são compromissos [avaliativos], e por isso dão origem a implicações;
- c. essas avaliações são feitas pelo falante da proposição, devido ao significado das palavras que ele utiliza;
- d. são lógica e composicionalmente independentes do que é dito, ou seja, independentes do conteúdo imediato da sentença.

Com isso, Potts assume a existência de ICs, diferentemente de Bach, mas com uma configuração relativamente diferente daquela proposta inicialmente por Grice. Tal

⁶ O autor escolhe essa terminação apenas por motivos descritivos, designando “uma classe de expressões que incluem parentéticos e apositivos” (POTTS, 2003a, p. 122, tradução minha). O conteúdo dessas expressões é sempre orientado ao falante, não sendo determinado pelo contexto conversacional e veiculado pelo sentido de itens lexicais específicos, por isso, disparadores de IC. A opção por essa tradução é meramente didática, por isso, explico nesta seção o que tal título designa.

⁷ Do original, “*a. CIs are part of the conventional (lexical) meaning of words; b. CIs are commitments, and thus give rise to entailments; c. these commitments are made by the speaker of the utterance ‘by virtue of the meaning of’ the words he chooses; d. CIs are logically and compositionally independent of what is ‘said (in the favored sense)’ , i.e., independent of the at-issue entailments*” (POTTS, 2003a, p. 209).

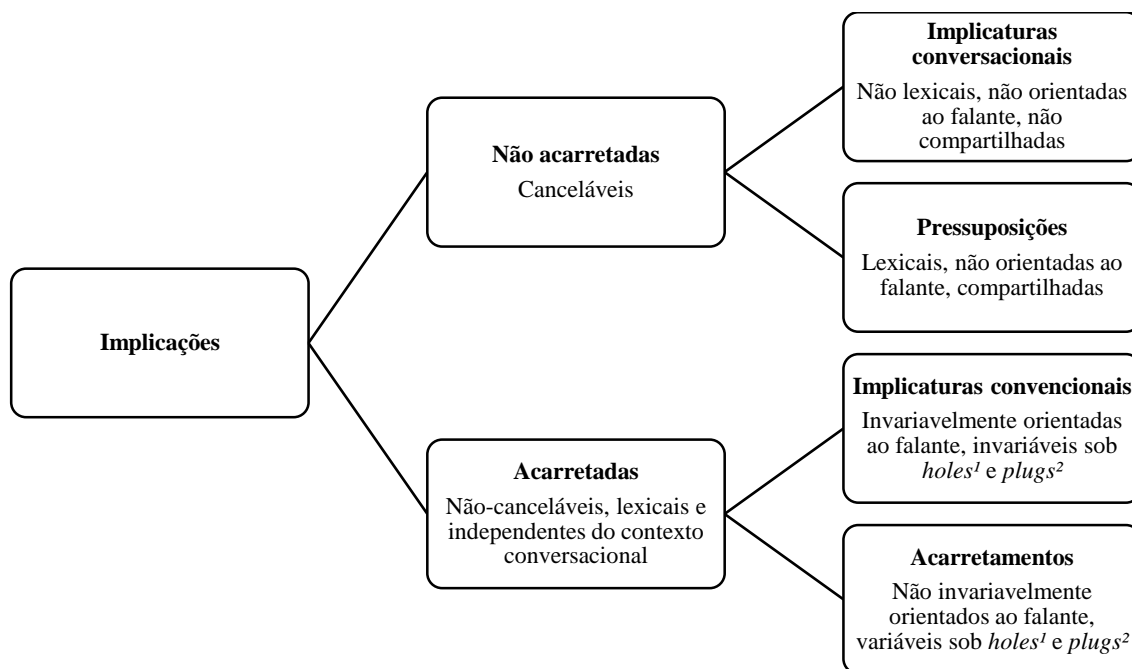
percurso mostra como o estudo das inferências merece atenção por parte dos pesquisadores da linguagem.

Nesse sentido, é importante destacar, ainda, que a única menção a esse panorama e à ocorrência da IC no português brasileiro sob a teoria de Potts (2003a,b) é encontrada em Pires de Oliveira e Basso (2014). Entretanto, os autores detêm-se a analisar apenas os diminutivos enquanto disparadores de IC, o que indica uma lacuna ainda grande no estudo do fenômeno enquanto inferência também do português. Por isso, o presente trabalho se propõe a contribuir com esses estudos, bem como levantar outras questões a serem ainda investigadas no âmbito da semântica e da pragmática.

3.2 A IMPLICATURA CONVENCIONAL EM CONTRASTE AOS OUTROS TIPOS DE INFERÊNCIAS

Em comparação, os diversos tipos de inferências estudados pela semântica e pela pragmática – descritos nos capítulos um e dois deste trabalho – são responsáveis pela produção de sentidos diferentes, graças às propriedades que os configuram. Em suma, é possível traçar o seguinte esquema:

FIGURA 1: TIPOS DE SIGNIFICADO



Notas:

- (1) *Holes* designam a Família-P de uma sentença, ou seja, as formas de afirmação, negação, interrogação e condição de uma dada sentença. As implicaturas convencionais se mantêm mesmo quando sob tais alterações. Os acarretamentos, por sua vez, podem não permanecer quando a sentença é submetida a tais alterações.
- (2) *Plugs* designam verbos de dizer e outros performáticos, em geral, construções que disparam pressuposições. Cançado (2013) traz uma lista de expressões que possuem essa função. As ICs, assim como sob os *holes*, não se alteram pela presença de *plugs*. Ao contrário, os acarretamentos podem sofrer alterações dependendo da presença ou não de tais itens.

Fonte: traduzido e adaptado de POTTS, 2003a, p. 26.

Assim, considerando-se que os acarretamentos, vistos no primeiro capítulo deste trabalho, são inferências geradas necessariamente pelo conteúdo imediato da sentença, as ICs se contrastam a eles por não serem afetadas por esse conteúdo. Por isso, apesar das ICs serem relacionadas ao significado convencional das palavras, elas indicam que há outros níveis de produção de sentido na sentença, indicando multidimensionalidade. Entretanto, é possível relacionar ambos fenômenos pelo fato de não serem canceláveis – tanto os acarretamentos quanto as ICs são inferências lógicas dedutíveis a partir do conteúdo semântico veiculado linguisticamente na sentença, que não pode ser negado.

Em relação às pressuposições, por sua vez, há ao menos três fatores que as contrastam com as ICs, como demonstra Potts (2003a). O primeiro é a independência das

condições de verdade da sentença. As ICs não dependem dessas condições, ao contrário da pressuposição, que exige ser ao menos inferida do conteúdo acarretado semanticamente pela sentença. O segundo é a presença de contexto. As ICs fornecem um conteúdo que não é afetado pelo contexto de conversação entre falante e ouvinte, diferentemente das pressuposições, cuja base é o conhecimento não apenas linguístico, mas aquele compartilhado entre os interlocutores. O terceiro fator é a possibilidade de cancelamento. Enquanto as pressuposições são canceláveis pelo contexto, as ICs não o são.

Além disso, as ICs, apesar do título⁹, ocorrem devido à veiculação de uma informação em nível avaliativo, orientada ao falante, não vinculada ao conteúdo imediato das sentenças, sendo independentes do uso das máximas de conversação propostas por Grice (1975). Ao contrário, as implicaturas conversacionais são, de fato, implicaturas, uma vez que são inferências pragmáticas geradas contextualmente a partir da quebra dessas máximas, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, e não necessariamente vinculadas ao falante.

Outro ponto a ser destacado é que as ICs, ao contrário das implicaturas conversacionais, são destacáveis e não canceláveis, isso porque estão atreladas a itens lexicais específicos que podem ser isolados, mantendo-se a implicação veiculada por eles. As implicaturas conversacionais, contudo, não dependem de itens lexicais específicos, já que dependem do contexto compartilhado entre falante e ouvinte e podem ser canceladas durante a conversação.

De maneira geral, é possível traçar, portanto, o posicionamento da IC entre três fatores fundamentais: sentido acarretado, multidimensionalidade e orientação ao falante.

Quando há apenas sentido acarretado e a multidimensionalidade, ocorre o que Bach (1999) nomeou ACIDs (discutido no início deste capítulo), o que de fato parece ser o caso das conjunções. Por exemplo, em “João é brasileiro, mas é honesto”, a contradição proposta por *mas* é um sentido acarretado pelo significado da palavra, e tal significado só é entendido porque uma sentença, segundo Bach (1999), pode veicular mais de uma informação – ou seja, numa visão de semântica multidimensional.

⁹ Apesar de Potts se utilizar da nomenclatura criada inicialmente por Grice (1975), há ressalvas; a parte *convencional* de *implicatura convencional* significa que a inferência não é calculada a partir das máximas de conversação e do Princípio de Cooperação; e a parte *implicatura* – infeliz, segundo o autor –, designa apenas que o trabalho é fundamentado, de certa forma, no próprio estudo de Grice (POTTS, 2003a), e não que seja uma implicatura gerada pragmaticamente, como as conversacionais.

Quando há junção da multidimensionalidade e da orientação ao falante, por sua vez, podem ocorrer algumas implicaturas conversacionais. Imagine-se que duas pessoas estão conversando sobre a situação política ruim da cidade e haja o seguinte diálogo:

Pessoa 1:

– O que você achou do discurso do prefeito?

Pessoa 2:

– Francamente!

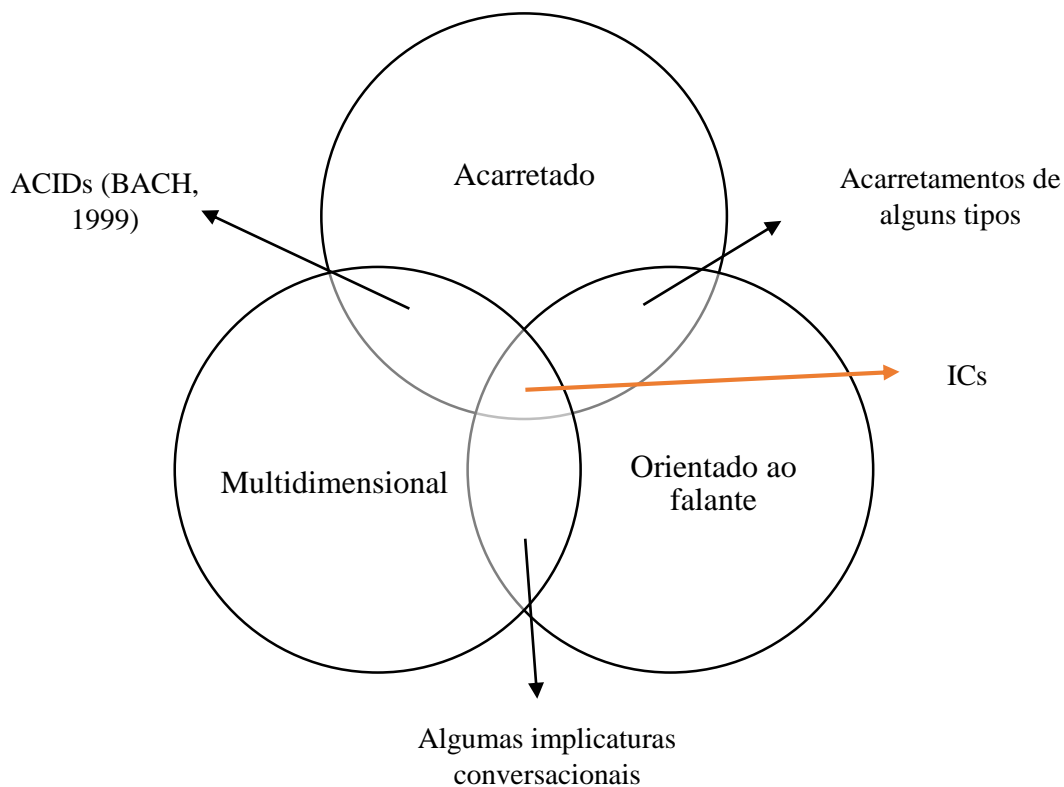
Nesse contexto, é possível inferir, dentre outros sentidos, que a segunda pessoa acha o discurso mencionado lamentável, infeliz. Essa implicatura é disparada apenas no contexto em questão e é orientada ao falante da proposição. É importante ressaltar ainda que, por ser uma implicatura conversacional, o falante poderia ter utilizado outra expressão disparado a mesma inferência.

Quando há, ao mesmo tempo, sentido acarretado juntamente à orientação ao falante, sem o fator da multidimensionalidade, ocorrem acarretamentos semânticos.¹⁰

A IC, entretanto, ocorre apenas na intersecção dos três fatores, como mostra a Figura 2:

¹⁰ Potts (2003a) não analisa tais intersecções detalhadamente. As sentenças que puderam ser formuladas foram incluídas neste trabalho a título de exemplificação. Para os acarretamentos que se encontram entre a orientação ao falante e o significado acarretado, sem o fator da multidimensionalidade, o autor não traz maiores explicações, afirmando apenas tratar-se de “acarretamentos semânticos de vários tipos” (POTTSa, 2003, p.50, tradução minha). Por isso, abstenho-me de exemplificar tal relação, deixando esta seção em aberto.

FIGURA 2: A IMPLICATURA CONVENCIONAL NA INTERSECÇÃO DE SIGNIFICADOS



Fonte: adaptado de POTTS, 2003a, pp. 49-50.

Em “Infelizmente o Pedro não passou na prova”, o significado de *infelizmente* é acarretado na sentença, não podendo ser cancelado. Além disso, tal avaliação é subjetiva, sendo orientada ao falante da proposição. Por fim, compreender como o item *infelizmente* dispara esse significado acarretado, orientado ao falante e independente do conteúdo imediato da sentença em questão, a saber, “o Pedro não passou na prova”, só é possível sob uma visão de semântica multidimensional, que prevê a produção de significados também no nível não-imediato.

Além de distinguir-se dos demais tipos de inferências, as ICs também causam uma ambiguidade na leitura quando presentes em sentenças no discurso indireto. A seguir, analisam-se essas ambiguidades.

3.3 A IMPLICATURA CONVENCIONAL E O DISCURSO INDIRETO – IMPLICAÇÕES DE LEITURA

A implicatura convencional, como visto neste capítulo, é um fenômeno que não passa pelo teste do discurso indireto por não estar ligado ao conteúdo imediato das sentenças. Ela aponta, necessariamente, para o falante da proposição, veiculando uma avaliação subjetiva.

Entretanto, em sentenças que estão discurso indireto e que portam uma IC, o item avaliativo pode ter seu escopo voltado para o falante – para a leitura da IC –, mas também para o sujeito do discurso reportado, fazendo com que seja possível identificar, nessas sentenças, duas leituras distintas (POTTS, 2003a), como em (19):

(19) O João disse que aquela porcaria de computador estragou.

Em que:

- a) a avaliação veiculada pelo expressivo *aquela porcaria* pode ser orientada ao falante da sentença, veiculando, assim, a implicatura convencional;
- b) o falante da sentença pode estar veiculando tanto a fala quanto a avaliação de João – o sujeito do discurso reportado – sobre o computador, ou seja, *aquela porcaria*, numa leitura que não possui implicatura convencional.

Assim, nas sentenças portadoras de IC que estão em discurso indireto, encontram-se duas possibilidades de leitura, a saber: a leitura da própria IC, orientada ao falante; e a leitura da não-IC, vinculada ao falante do discurso reportado, apenas, sem o disparo de IC.

Essa ambiguidade, reconhecida por Potts (2003), mas não desenvolvida em seus estudos, é o foco deste trabalho, uma vez que pode auxiliar a identificar se e como os falantes percebem a implicatura nesses contextos. Por esse motivo, escolheu-se trabalhar com o discurso indireto e com a classe dos expressivos, mencionados na seção inicial deste capítulo, a fim de delimitar os itens a serem analisados e utilizá-los como gatilho para outros possíveis estudos do fenômeno em português brasileiro.

Resumindo-se este capítulo, é possível afirmar, portanto, que as ICs são inferências geradas independentemente do contexto em que são proferidas e, uma vez atreladas ao significado convencional das palavras e propriedade exclusiva deles, não são canceláveis. Além disso, sua orientação ao falante gera uma ambiguidade de leitura no discurso indireto, uma vez que tal organização da proposição veicula apenas o conteúdo imediato da sentença, fazendo com que a avaliação feita pelo falante se dê em outro nível – dito avaliativo, como afirma Potts (2003a).

Assim, delineadas as propriedades das ICs, no próximo capítulo discutem-se os dados levantados a partir de uma pesquisa com falantes do português brasileiro, mais especificamente com jornalistas e estudantes da área. A proposta foi investigar se tais propriedades são percebidas pelos falantes na interpretação e produção de sentenças, em particular naquelas com expressivos, uma das classes disparadoras de IC, conforme visto neste capítulo.

4 ANÁLISE DE DADOS

Este trabalho objetiva descrever a ocorrência da implicatura convencional no português brasileiro a partir de itens expressivos, mencionados no capítulo anterior, cujas características de avaliação e orientação ao falante disparam as ICs quanto veiculadas em uma proposição. Neste capítulo, descrevem-se a metodologia adotada para verificação da hipótese, bem como os dados levantados e sua análise.

4.1 HIPÓTESE E METODOLOGIA

Para verificação desse fenômeno, foi aplicado um questionário com duas etapas (Apêndice 1) para o público-alvo da pesquisa, a saber, jornalistas e estudantes de jornalismo falantes nativos de língua portuguesa. O grupo foi escolhido por conta de seu contato frequente com o estudo da língua e com a produção de texto em discurso indireto – e, portanto, seu conhecimento metalinguístico mais desenvolvido.

A pesquisa foi realizada por meio da plataforma Google Forms, que permite ao usuário criar formulários a serem enviados e respondidos online¹¹. Já que o formulário disponibilizado era acessível a qualquer público, houve separação dos entrevistados em grupos, a fim de identificar, primariamente, os jornalistas e estudantes de jornalismo, diferenciando-os dos demais profissionais e de estudantes de outras áreas. Além disso, cada profissional deveria informar seu tempo de trabalho. Os jornalistas foram divididos nas seguintes categorias: i) menos de 5 anos de atuação; ii) de 5 a 10 anos de atuação; e iii) mais de 10 anos de atuação. Os estudantes da área, por sua vez, foram divididos em dois grupos: i) entre os períodos 1 e 4 (dois primeiros anos de graduação); e ii) entre os

¹¹ É importante mencionar que, pela falta de tempo hábil para submissão do projeto ao Comitê de Ética, os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) eletronicamente, fornecendo dados apenas sobre sua ocupação e tempo de trabalho. Sendo assim, não foram registrados nomes, idades nem endereços de e-mail ou outras informações pessoais.

períodos 5 e 8 (dois últimos anos de graduação). No total, 53 respostas foram coletadas. Dentre elas, 8 eram de jornalistas e 10 de estudantes de jornalismo¹².

A primeira etapa do questionário pretendeu levantar quais os escopos dos itens lexicais avaliativos ditos expressivos em diversas sentenças em discurso indireto, a fim de provar a ocorrência da implicatura e demonstrar como ela gera diferentes interpretações, devido à sua orientação ao falante. Foram apresentadas, aos entrevistados, duas sentenças distratoras e três sentenças disparadoras de implicatura convencional e, a partir delas, os participantes assinalaram a quem pertencia a avaliação veiculada pelo item expressivo, seja ele o falante da sentença, o falante do discurso reportado ou ambos.

A segunda etapa, por sua vez, exigiu que se passasse duas frases em discurso direto para discurso indireto, a fim de se analisar se há ou não a produção da implicatura. As sentenças a serem transpostas continham itens expressivos disparadores de implicatura. O falante pode transpor o discurso livremente, produzindo ou não a IC.

A hipótese deste trabalho é a de que os falantes nativos de língua portuguesa identificam a implicatura convencional, mas utilizam estratégias diferentes para reportá-la, assumindo interpretações distintas. Essa variação poderia ocorrer de acordo com grupo de que o falante faz parte – falantes jornalistas e os falantes não jornalistas – e/ou de acordo com outros fatores linguísticos e cognitivos ainda não identificados. Assim, o questionário seria uma ferramenta para mapear a compreensão do falante do fenômeno de IC e de contrastar cada resposta ao provável nível de conhecimento metalinguístico que cada falante possuiria, considerando-se, principalmente, sua atuação profissional.

4.2 *ESSA MERDA, AQUELE HORROR*: EXPRESSIVOS AVALIADOS NO LEVANTAMENTO DE DADOS

Os expressivos, expressões modalizadoras que veiculam um conteúdo avaliativo (emocional, afetivo), estão intimamente ligados à produção de implicatura convencional, uma vez que seu significado está atrelado aos itens em questão e são orientados ao falante,

¹² A diferença de atuação profissional entre os entrevistados foi um dos fatores mais relevantes na identificação e/ou produção da IC no discurso indireto. As considerações sobre esse contraste se encontram nas considerações finais deste documento. Por ora, analisam-se apenas os dados obtidos de jornalistas e estudantes de jornalismo.

fazendo com que não afetem as condições de verdade nem o conteúdo imediato das sentenças em que se encontram (POTTS, 2003a,b).

Ao veicularem essa avaliação independente do conteúdo imediato, os expressivos colaboram para uma visão multidimensional de semântica, que assume que uma sentença pode veicular informações em níveis diversos, como já mencionado no capítulo anterior.

A escolha por essa classe de expressões para análise ocorreu pela não-movimentação desses itens nas sentenças, se comparados aos advérbios orientados ao falante, por exemplo, que se encaixam na categoria de *supplements* (POTTS, 2003a), exemplificados no início deste trabalho. Como exemplo, é possível visualizar as diversas possibilidades de encaixe do advérbio orientado ao falante *infelizmente* na sentença (20):

- (20) a. Infelizmente, Maria faleceu.
 b. Maria faleceu, infelizmente.
 c. Maria infelizmente faleceu.

Diferentemente do que ocorre com essa expressão, os expressivos como *aquela droga* não podem ser movidos sem alterações na estrutura, como em (21)¹³:

- (21) a. Joguei fora aquela droga de micro-ondas.
 b. *Joguei fora o micro-ondas aquela droga.
 c. Joguei fora o micro-ondas, aquela droga.
 d. *Aquela droga, joguei fora o micro-ondas.

Considerando-se a elaboração do questionário e a tentativa de não induzir uma resposta em detrimento de outra, preferiu-se optar pelos expressivos na realização desta pesquisa, já que as estruturas a serem analisadas eram padronizadas e exigiriam que, na transcrição do discurso direto para o indireto, o entrevistado trabalhasse apenas com uma leitura e não fosse induzido pela posição em que a avaliação se encontrava.¹⁴

¹³ Algumas nuances de prosódia podem possibilitar algumas das sentenças acima consideradas agramaticais. Contudo, tal análise é suficiente para demonstrar como se diferenciam os advérbios em questão dos expressivos, escopo deste trabalho.

¹⁴ A possibilidade de movimentação de algumas expressões aqui traduzidas livremente por suplementares pode ser objeto de estudo de investigações futuras. Talvez, as diferentes posições em que se podem encontrar os advérbios orientados ao falante, por exemplo, como em (20), gerem análises diferentes ou até transcrições diferentes de acordo com a percepção dos falantes. Essa é uma hipótese levantada nas discussões realizadas para elaboração do questionário que, naquele momento, pareceu problemática. Esse foi um dos motivos pelos quais optamos pelos expressivos em detrimento das demais expressões.

Assim, os expressivos escolhidos para compor o questionário estão destacados nas sentenças a seguir, analisadas brevemente segundo a teoria proposta por Potts (2003a,b).

A sentença (22), primeira questão aplicada na avaliação da IC, exigia a leitura da frase e a identificação de alguns dos sentidos propostos abaixo:

(22) João: “O Pedro mandou você desligar **essa merda** de rádio.”

Em que:

- a) o expressivo *essa merda* é orientado ao falante da proposição, João, numa leitura de IC;
- b) o discurso reportado do falante (João) pode, numa leitura de não-IC, demonstrar a avaliação feita originalmente por Pedro ao mandar que o rádio fosse desligado.

A sentença (23), da mesma forma, exigia a leitura e a identificação de uma das possibilidades mencionadas em seguida:

(23) Pedro: “A Maria pediu para eu pendurar **aquela beleza** de quadro.”

Em que:

- a) o expressivo *aquela beleza* é veiculado pelo falante (Pedro), numa leitura de IC;
- b) o falante (Pedro), ao reportar o pedido de Maria, veicula a avaliação feita pela própria Maria sobre o quadro.

Da mesma maneira, a sentença (24) deveria ser lida e o escopo do expressivo deveria ser identificado, confirmando uma das leituras propostas abaixo:

(24) Maria: “A Joana disse que **o gato** do Pedro vem pra festa.”

Em que:

- a) a avaliação veiculada pelo expressivo *gato* é veiculada pelo falante (Maria), numa leitura de IC;
- b) o falante (Maria), ao reportar o discurso de Joana, mantém a percepção de Joana sobre Pedro, a saber, *gato*.

Já na etapa de transcrição de discurso, o entrevistado transcreveria duas sentenças, (25) e (26):

(25) Maria: “**Aquele horror** de cartaz ainda está exposto.”

(26) João: “**O animado** do Pedro gritou o jogo inteiro.”

O falante poderia transcrever livremente as sentenças, produzindo a implicatura – e gerando, portanto, as duas leituras – ou não – evitando-a e veiculando apenas o conteúdo proposicional da sentença ou o conteúdo imediato e a avaliação dos falantes, de outra forma, como nos exemplos (27) e (28) a seguir:

- (27)
 - a. Maria disse que aquele horror de cartaz ainda está exposto.
 - b. Maria disse que o cartaz ainda está exposto.
 - c. Maria disse que aquele cartaz que ela considera horroroso ainda está exposto.

- (28)
 - a. João disse que o animado do Pedro gritou o jogo inteiro.
 - b. João disse que Pedro gritou o jogo inteiro.
 - c. João disse que Pedro estava animado e gritou o jogo inteiro.

É importante realçar que outras interpretações e transcrições podem surgir das sentenças acima. Os falantes puderam mencionar ainda outras opções durante a primeira etapa do questionário. As respostas e a análise dos dados levantados se encontram a seguir.

4.3 FOI A MARIA OU A JOANA? RECONHECIMENTO DA IMPLICATURA CONVENCIONAL PELOS FALANTES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A partir das questões mencionadas acima, presentes de maneira completa ao final deste trabalho (Apêndice 1), levantaram-se alguns dados referente às leituras das sentenças portadoras de IC realizadas pelos jornalistas e estudantes de jornalismo.

A primeira questão propunha a análise da sentença (22) “João: ‘O Pedro mandou você desligar essa merda de rádio’.” e a escolha por uma ou mais das opções abaixo:

- a) Pedro considera o rádio uma merda;
- b) João considera o rádio uma merda;
- c) Pedro está irritado;
- d) O rádio é uma merda;
- e) Outro.

O número de respostas obtidas dos 18 entrevistados se encontra na tabela abaixo (Tabela 1):

TABELA 1 – NÚMERO DE RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 1, POR OPÇÃO

Opção	Número de respostas
Resposta <i>a</i>	5
Resposta <i>b</i>	12
Resposta <i>c</i>	8
Resposta <i>d</i>	1
Resposta <i>e</i>	2 ("João está irritado")

Fonte: a autora.

É possível observar que a maior parte dos entrevistados – cerca de 67% – realizou a leitura da IC, assumindo como possível a leitura de “João considera o rádio uma merda”. A leitura da não-IC, ao contrário, foi pouco selecionada; apenas 27% dos entrevistados a consideraram possível (5 pessoas).

As opções (c) e (e), por sua vez, assinaladas por 10 entrevistados, poderiam ser consideradas leituras de implicatura conversacional, uma vez que assumem que o expressivo indica irritação por parte do falante. Entretanto, dois dos entrevistados, que responderam (e), indicaram que a irritação é de João, logo, provavelmente realizando a leitura da IC, entretanto, de maneira não explícita.

Sendo assim, é possível considerar que, em geral, 14 entrevistados realizaram a leitura da IC, ou seja, cerca de 78% deles.

Em uma análise mais detalhada, é possível demonstrar também que mais jornalistas identificaram explicitamente a IC, se comparados aos estudantes de jornalismo (Tabela 2):

TABELA 2 - PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE REALIZARAM A LEITURA DE IC, NA QUESTÃO 1, POR OCUPAÇÃO

Ocupação	Taxa de leitura de IC
Jornalista	75%
Estudante de jornalismo	60%

Fonte: a autora.

A segunda questão para avaliação da leitura da IC, cuja frase para análise era (23) “Pedro: ‘A Maria pediu para eu pendurar aquela beleza de quadro’.”, apresentava as seguintes opções de resposta (podendo ser escolhidas uma ou mais opções):

- a) Maria considera o quadro uma beleza;
- b) Pedro considera o quadro uma beleza;
- c) Maria pediu para Pedro pendurar um quadro;
- d) Pedro quer pendurar um quadro;
- e) Outro.

A quantidade de respostas obtidas dos 18 entrevistados é a seguinte (Tabela 3):

TABELA 3 - NÚMERO DE RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 2, POR OPÇÃO

Opção	Número de respostas
Resposta <i>a</i>	4
Resposta <i>b</i>	12
Resposta <i>c</i>	14
Resposta <i>d</i>	1
Resposta <i>e</i>	4 ("Pedro está sendo irônico")

Fonte: a autora.

A indicação explícita de que os entrevistados realizaram a leitura de IC é confirmada pelas 12 opções na alternativa (b), que considera a avaliação *aquela beleza* como veiculada por Pedro, o falante da proposição, totalizando uma opção reconhecida por aproximadamente 66,7% dos entrevistados. Já a leitura da não-IC foi considerada possível por 4 entrevistados, totalizando 22,2%. Em geral, dos 18 falantes que responderam ao questionário, 12 consideraram possíveis as leituras tanto de IC quanto de não-IC.

A opção (c), por sua vez, é acarretada pela sentença (23), sendo uma leitura obrigatória. Entretanto, 4 dos entrevistados deixaram de marcá-la como possível. Já a opção (d) pode ser inferida a partir da invenção de um contexto, selecionada por apenas 1 entrevistado.

Por fim, a opção (e) foi respondida por 4 entrevistados de maneira idêntica, afirmando que a frase de Pedro pode ser uma ironia. Nessa interpretação, é possível assumir que os falantes identificaram a IC, uma vez que consideram a avaliação *aquela beleza* como feita originalmente por Pedro, sendo, assim, orientada ao falante. Assim, é possível considerar que a leitura da IC foi realizada, explícita e implicitamente, por cerca de 89% dos entrevistados.

Diferentemente da questão anterior, a porcentagem de jornalistas que identificaram a leitura de IC foi menor que a de estudantes (Tabela 4):

TABELA 4 – PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE REALIZARAM A LEITURA DE IC, NA QUESTÃO 2, POR OCUPAÇÃO

Ocupação	Taxa de leitura de IC
Jornalista	63%
Estudante de jornalismo	70%

Fonte: a autora.

Já o enunciado da terceira questão de avaliação, que propunha a leitura da sentença (24) “Maria: ‘A Joana disse que o gato do Pedro vem pra festa’.”, exigia que se selecionasse apenas uma das opções como possível:

- a) Maria [considera Pedro um gato];
- b) Joana [considera Pedro um gato];
- c) Talvez ambas [considerem Pedro um gato];
- d) Com certeza ambas [considerem Pedro um gato].

O número de seleções de cada opção se encontra abaixo (Tabela 5):

TABELA 5 - NÚMERO DE RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 3, POR OPÇÃO

Opção	Número de respostas
Resposta <i>a</i>	6
Resposta <i>b</i>	1
Resposta <i>c</i>	11
Resposta <i>d</i>	0

Fonte: a autora.

Dos 18 entrevistados, 6 afirmaram que *gato* é uma avaliação feita por Maria e 11 reconheceram que é possível que a avaliação seja feita tanto por Maria quanto por Joana. Assim, no total, 17 dos entrevistados (94,5%) realizaram a leitura de IC.

Apenas 1 dos entrevistados afirmou que a avaliação é feita exclusivamente por Joana. Sendo assim, no total, 12 entrevistados (66,7%) reconheceram a leitura de não-IC como possível.

É interessante ressaltar ainda que todos os jornalistas entrevistados realizaram a leitura da IC, nenhum deles realizou apenas a leitura de não-IC e a maior parte deles (62,5%) julgaram possíveis as leituras tanto de IC quanto de não-IC, como ocorreu com os estudantes (Tabela 6):

TABELA 6 - PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE REALIZARAM A LEITURA DE IC, NA QUESTÃO 3, POR OCUPAÇÃO

Ocupação	Taxa de leitura de IC
Jornalista	100%
Estudante de jornalismo	90%

Fonte: a autora.

A quarta questão avaliada no questionário exigia que se transcrevesse a sentença (25) “Maria: ‘Aquele horror de cartaz ainda está exposto’.” para o discurso indireto. A relação de respostas obtidas se encontra abaixo (Quadro 1):

QUADRO 1 – TRANSCRIÇÕES OBTIDAS NA QUESTÃO 4, POR OCUPAÇÃO

<p>Respostas de estudantes de jornalismo</p>	<p>Maria nota que o horroroso cartaz ainda está em exposição. A Maria disse que aquele horror de cartaz ainda está na exposição. Maria disse que aquele horror de cartaz ainda esta [sic] em exposição O cartaz que Maria acha horroroso ainda está na exposição Maria disse que aquele cartaz horroroso ainda está em exposição Maria disse que aquele horror de cartaz ainda está na exposição. Maria diz que o quadro, horroroso na opinião dela, ainda está em cartaz na exposição. Maria disse que o cartaz horroroso ainda está na exposição. Maria acredita que na exposição há um cartaz horrível. Maria, que acha o quadro um "horror", disse que ele ainda está na exposição.</p>
<p>Respostas de jornalistas</p>	<p>Maria disse que aquele cartaz ainda está na exposição Maria disse que aquele horror de cartaz ainda está em exposição. A Maria disse que aquele horror de cartaz ainda estava na exposição. Maria disse que aquele cartaz, que ela considera horroroso, ainda está na exposição De acordo com Maria, o cartaz ainda está na exposição. Ela o considera horroroso. Maria disse que o horror de cartaz ainda está na exposição Maria disse que aquele cartaz que ela considera um horror ainda está na exposição. Maria disse que ainda está em exposição aquele horror de cartaz.</p>

Fonte: a autora.

Das 18 respostas, 17 são transcrições consideradas corretas, ou seja, com a passagem adequada do discurso direto para o indireto. Dessas 17 transcrições, 10 reproduzem a implicatura convencional, criando-se a ambiguidade de leitura (aproximadamente 59%). Assim, das 17 transcrições, apenas 7 não reproduzem a IC (cerca de 41%).

Dentre elas, é possível notar vários recursos utilizados para tal fim. Em “Maria diz que o quadro, horroroso na opinião dela, ainda está em cartaz na exposição”, “Maria, que acha o quadro um ‘horror’, disse que ele ainda está na exposição”, “De acordo com Maria, o cartaz ainda está na exposição. Ela o considera horroroso” e em “Maria disse que aquele cartaz que ela considera um horror ainda está na exposição”, há a atribuição direta da avaliação à Maria, transformando o item expressivo e, com isso, eliminando as possibilidades de se atribuí-lo ao falante. Também houve a omissão total da avaliação, como em “Maria disse que aquele cartaz ainda está na exposição”.

Além da omissão e da atribuição direta de avaliação, um dos entrevistados utilizou o verbo *dicendi* “acredita” em “Maria acredita que na exposição há um cartaz horrível”, referindo-se à atitude de Maria em não só anunciar a presença do cartaz, mas também veicular uma crença a respeito dele – a de que ele é horrível. É possível levantar a hipótese, nesse caso, de que os verbos de dizer seriam uma das alternativas para evitar a reprodução da implicatura durante a transcrição de discurso direto para indireto, considerando-se principalmente que os jornalistas os utilizam frequentemente durante sua atuação profissional, tanto para indicar presença do discurso reportado quanto para veicular sua conotação, como já prevê, por exemplo, o Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2010).

Também se observa que esse mesmo recurso é utilizado em uma das transcrições que ainda continha a IC: “Maria nota que o horroroso cartaz ainda está em exposição”. É possível reforçar, a partir desse dado, que os verbos *dicendi* têm relevância na transcrição de discursos e, possivelmente, auxiliam o jornalista a se distanciar – ou, pelo menos, tentar se distanciar – das avaliações feitas por aqueles que têm seus discursos reportados por eles. Com base nos exemplos mencionados, a estrutura que acompanhou o verbo *nota* reproduziu a IC, enquanto a estrutura de *acredita* não a reproduziu. Por isso, talvez uma investigação mais profunda de tais verbos e das estruturas em que se encaixam seja relevante para demonstrar como ocorre o distanciamento expressivo daquele que reporta o discurso de outrem, evitando a implicatura.

De maneira geral, 4 dos 8 jornalistas e 4 dos 10 estudantes entrevistados evitaram a IC (Tabela 7):

TABELA 7 - PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE EVITARAM A IC NA TRANSCRIÇÃO DE DISCURSO, NA QUESTÃO 5, POR OCUPAÇÃO

Ocupação	Taxa de ausência de IC na transcrição de discurso
Jornalista	50%
Estudante de jornalismo	40%

Fonte: a autora.

A última questão de avaliação, cuja proposta era, novamente, a transcrição de discurso, propunha a sentença (26) “João: ‘O animado do Pedro gritou o jogo inteiro’?”. As transcrições obtidas foram as seguintes (Quadro 2):

QUADRO 2 – TRANSCRIÇÕES OBTIDAS NA QUESTÃO 5, POR OCUPAÇÃO

Respostas de estudantes de jornalismo	<p>Pedro estava animado, e gritou o jogo inteiro, contou João. O João disse que o animado do Pedro gritou o jogo inteiro. João disse que o Pedro gritou o jogo inteiro. Pedro, que estava animado, gritou durante o jogo inteiro, segundo João João disse que Pedro estava animado e gritou o jogo inteiro João disse que Pedro estava animado e gritou o jogo inteiro. João disse que o Pedro estava animado e gritou o jogo inteiro. Pedro animado gritou o jogo inteiro. Pedro estava animado e gritou o jogo inteiro. João, que considera Pedro animado, disse que ele gritou o jogo inteiro.</p>
Respostas de jornalistas	<p>João disse que pedro [sic] se animou e gritou o jogo inteiro João disse que o animado do Pedro gritou o jogo inteiro. João disse que o animado do Pedro tinha gritado o jogo inteiro. João disse que Pedro, animado, gritou o jogo inteiro João considera Pedro animado por ter gritado o jogo inteiro. João disse que o Pedro gritou o jogo inteiro João disse que o animado do Pedro gritou o jogo inteiro. João disse que o jogo foi gritado o dia inteiro pelo animado do Pedro.</p>

Fonte: a autora.

Na segunda questão de transcrição, apenas 2 não foram corretamente passadas para o discurso indireto. Assim, das 16 respostas, 11 não reproduziram a IC (cerca de 69%), enquanto 5 a apresentaram (31%).

Os recursos utilizados para evitar a implicatura são os mesmos identificados na questão anterior. Nas sentenças “Pedro estava animado, e gritou o jogo inteiro, contou João”, “Pedro, que estava animado, gritou o jogo inteiro, segundo João”, “João disse que Pedro estava animado e gritou o jogo inteiro”, “João, que considera Pedro animado, disse que ele gritou o jogo inteiro” e “João considera Pedro animado por ter gritado o jogo inteiro”, há a atribuição direta da avaliação *animado* a João, quem tem seu discurso reportado. Assim, o falante da sentença distancia-se dessa avaliação.

Da mesma forma, a omissão do expressivo *animado* também foi utilizada em “João disse que o Pedro gritou o jogo inteiro”.

Alguns dos verbos *dicendi* utilizados na transcrição foram “disse”, “contou” e “considera”. Além disso, um dos entrevistados também utilizou a expressão “segundo João”, evitando a IC. Assim como na questão anterior, essas estruturas se mostram um possível auxílio durante a transcrição das sentenças em questão, a fim de que o autor se

mantenha isento em relação à avaliação feita pelo falante que tem seu discurso reportado por ele.

Ao contrário da questão anterior, na segunda transcrição mais estudantes evitaram a IC que jornalistas (Tabela 8):

TABELA 8 – PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS QUE EVITARAM A IC NA TRANSCRIÇÃO DE DISCURSO, NA QUESTÃO 6, POR OCUPAÇÃO

Ocupação	Taxa de ausência de IC na transcrição de discurso
Jornalista	50%
Estudante de jornalismo	88%

Fonte: a autora.

É interessante ressaltar que, comparados aos demais entrevistados de outras áreas de atuação, os jornalistas e estudantes, em geral, evitaram a IC em número muito maior que os demais em todas as questões de transcrição (Tabela 9):

TABELA 9 – COMPARAÇÃO, EM PORCENTAGEM, DAS TRANSCRIÇÕES QUE EVITARAM A IC, NAS QUESTÕES 5 E 6, POR OCUPAÇÃO

Ocupação	Taxa de ausência de IC na transcrição de discurso
Jornalista ou estudante de jornalismo	58%
Demais informantes (profissões variadas)	16%

Fonte: a autora.

Considerando-se os dados apresentados, a hipótese de que os falantes nativos de português brasileiro e, em especial, jornalistas e estudantes de jornalismo, identificam a implicatura convencional se mostra válida. Em geral, é possível observar que tais informantes não só identificam a IC, explícita ou implicitamente – apontando o sujeito ao qual a avaliação pertence ou inferindo que tal sujeito indica certa postura a partir de sua avaliação –, mas também as leituras de não-IC possíveis no contexto de discurso indireto. Assim, reforça-se a observação de Potts (2003) de que nas sentenças em discurso indireto que possuem IC, pode-se identificar dois significados distintos.

Os dados levantados na pesquisa indicam que mais jornalistas e estudantes de jornalismo reconheceram a IC e a evitaram nas transcrições de discurso do que outros profissionais. Um dos motivos prováveis para essa discrepância talvez seja o nível de conhecimento metalinguístico que tal grupo desenvolveu a partir do estudo formal da língua (NEGRÃO et al, 2014).

Além disso, jornalistas, durante a prática de sua função, devem omitir suas avaliações ao reportarem o discurso de seus entrevistados (NOBLAT, 2002; FLORESTA et al, 2009), fazendo com que a transcrição de uma implicatura como a convencional possa comprometê-los enquanto veiculadores de uma avaliação – já que, como defende Potts (2003), as ICs são compromissos avaliativos feitos pelos falantes. Assim, o cuidado com a produção de texto e com seu posicionamento a respeito dos assuntos reportados talvez interfiram na produção da IC por parte dos jornalistas, como indicam os dados acima.

Da mesma forma, a opção de alguns dos informantes pela utilização de verbos *dicendi* que veiculem alguma conotação de opinião (como “acredita” ou “considera”) pode indicar que tais verbos podem ajudar o produtor do texto a atribuir uma implicatura convencional ao falante da proposição original, omitindo-se de tal compromisso e, assim, não realizando a transcrição da IC na passagem do discurso direto para o indireto.

Considerando-se as diferenças na taxa de reconhecimento da IC pelos entrevistados – seja por função ou por tempo de atuação profissional –, é possível ainda indicar que há fatores que influenciam na identificação do fenômeno por parte dos falantes, como o nível de conhecimento metalinguístico ou ainda outros fatores não investigados neste trabalho. Por isso, outras pesquisas que busquem avaliar como ocorre o reconhecimento da IC nos falantes de português brasileiro seriam de grande ajuda no estudo de como se processam significados nas línguas naturais a nível cognitivo, linguístico e emocional.

Assim, há diferenças no reconhecimento da IC, uma vez que cada falante depende não apenas de seu conhecimento epilinguístico para julgar as sentenças em sua língua materna, mas também de seu nível de conhecimento metalinguístico e na frequência com que se debruça sobre a língua enquanto objeto de estudo formal. Por isso, desenvolver mais estudos que verifiquem quais fatores interferem no reconhecimento ou não da IC também contribuiria grandemente com as pesquisas nas áreas de semântica e pragmática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implicatura convencional destaca-se como uma inferência e, portanto, como um modo de produção de significados nas línguas naturais – logo, também no português brasileiro. As pesquisas que buscam descrevê-la e analisá-la são importantes para compreender tal produção e, assim, contribuir não apenas com os estudos em semântica e em pragmática, mas para a investigação linguística como um todo, que permite com que se compreenda como se dá a atividade de linguagem enquanto ação constituinte e estruturante da cognição humana (FRANCHI, 1992).

Como indicam os dados levantados nesta pesquisa, os falantes nativos de língua portuguesa reconhecem a presença dessa implicatura – e suas consequências –, como previa a hipótese levantada no início desta investigação. Entretanto, os informantes não só a identificam como também demonstraram o reconhecimento da não-implicatura, uma leitura possível quando as sentenças que possuem IC estão em discurso indireto, como prevê Potts (2003).

Nesses contextos, a diferença de atuação profissional entre os entrevistados mostra-se um dos fatores mais relevantes na identificação e/ou na produção da IC. Assim, é possível estimar que outros fatores ainda não identificados também possam alterar a percepção dos falantes quanto à presença da implicatura nos enunciados. Pesquisas que busquem compreender como se dá tal reconhecimento têm muito a contribuir para a descrição e análise desse fenômeno.

É importante realçar ainda que o estudo das implicaturas torna possível a compreensão não só das inferências, mas também de como o conhecimento epilinguístico e metalinguístico dos falantes interfere na construção de significados e sentidos nas línguas, uma vez que “por trás de toda exteriorização, existem operações que se fazem sempre presentes e que nela deixam vestígios” (ROMERO, 2011, p. 155). Por esse motivo, este trabalho tem por objetivo contribuir, de certa forma, com tal propósito.

Além das características gerais que tornam a implicatura convencional relevante para a investigação científica, outros elementos não abordados neste trabalho podem ser trabalhados mais a fundo. Dentre eles, estão a ocorrência da IC a partir de advérbios orientados ao falante e ao objeto e sua movimentação na sentença – e quais as

consequências de tais movimentos para a compreensão e a produção de significados –, os recursos utilizados pelos falantes para evitar a IC em contextos em que se suprimem avaliações, bem como os diferentes níveis de conhecimento metalinguístico e suas consequências para a produção de significados nas línguas.

BIBLIOGRAFIA

BACH, K. The Myth of Conventional Implicature. **Linguistics and Philosophy**, v. 22, n. 4, p. 327-266, 1999.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 55ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

CANÇADO, M. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8ª ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2010.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FLORESTA, C. et al. **Técnicas de reportagem e entrevista**: roteiro para uma boa apuração. São Paulo: Saraiva, 2009.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. **Caderno de Estudos da Linguagem**, v. 22, p. 9-39, 1992. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/2749/4126>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. 16ª ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. 1975. p. 41-58. In: COLE, P.; MORGEN, J. L. (org.). **Syntax and Semantics 3**: Speech Arts. Nova York: Academic Press, 1975.

LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NEGRÃO, E. et al. A competência linguística. 2014. p. 95-119. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística**: I. objetos teóricos. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PIRES DE OLIVEIRA, R. **Falando de implicaturas**. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 17 abr. 2017. Palestra ministrada aos alunos e professores da graduação e da pós-graduação em Letras da UTFPR.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. **Arquitetura da conversação**: teoria das implicaturas. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

POTTS, C. **The Logic of Conventional Implicatures**. 2003. 330 p. Tese (Doutorado) – Curso de PhD in Philosophy in Linguistics, University of California, Santa Cruz, 2003. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/~cgpotts/dissertation/potts-dissertation-1up.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

_____. Expressive content as conventional implicature. 2003. p. 303-322. In: KADOWAKI, M; KAWAHARA, S. (org.). **Proceedings of the North East Linguistic Society**. Amherst: GSLA, 2003.

ROMERO, M. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. **ReVEL**, v. 9, n. 16, p. 152-163, 2011. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/artigos/revel_16_epilinguismo.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

APÊNDICE 1

Questionário para coleta de dados

Olá!

Esta pesquisa faz parte de um trabalho de conclusão de curso de Letras que investiga a compreensão do significado da língua nos falantes de língua portuguesa. O formulário consiste em 7 perguntas rápidas, para que você responda de forma intuitiva. Abaixo, está o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - a leitura é importante, afinal, ao preencher e enviar este formulário, você concorda automaticamente com os termos. Obrigada!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa A ocorrência da implicatura convencional no português brasileiro a partir de itens lexicais avaliativos (Pesquisadores: Juliana Corrales Tauil e Roberlei Alves Bertucci – Curso de Letras da UTFPR/Curitiba). O objetivo da pesquisa é descrever ambientes de ocorrência de implicatura convencional, um tipo de inferência pouco estudado nas línguas naturais, especialmente em português brasileiro. Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para tornar mais claros os modos de expressão e interpretação desse tipo de inferência, contribuindo para a compreensão da língua e seu ensino (como língua materna ou estrangeira).

Nesta pesquisa, sua participação consistirá em duas etapas: na primeira, você é convidado a responder questões mais objetivas, de interpretação; na segunda, a transformar uma sentença em uma outra, com algum grau de equivalência.

Ainda que seja uma pesquisa na área de Letras, nosso objetivo não é descrever o que é certo e/ou errado, mas apenas identificar os padrões de interpretação e produção dos falantes. Por isso, pedimos a você que responda como um falante nativo do português brasileiro.

Sabemos que sua participação pode envolver alguns riscos, entre eles, algum desconforto corporal e/ou visual. Para evitar isso, recomendamos que faça a pesquisa em uma posição confortável, procure verificar sempre se seus olhos estão bem lubrificados e tente controlar o brilho da tela para evitar desconforto. Por precaução, interrompa o teste sempre que desejar (ele poderá ser retomado depois, se você achar conveniente).

Sua privacidade será respeitada, sendo que, neste questionário, pediremos apenas sua profissão e o tempo de envolvimento na área. Ainda assim, se, mesmo depois de realizar o teste você desistir da autorização para o uso dos dados, contate imediatamente um dos pesquisadores, a fim de informar sua decisão, que será sumariamente respeitada.

Também informamos que convidamos você a participar voluntariamente da pesquisa por ser falante nativo de língua portuguesa e possuir mais de 18 anos.

Por fim, após apresentados o teor da pesquisa e da coleta de dados, salientamos que não há qualquer valor econômico a receber ou a pagar por sua participação.

Para todas as questões relativas ao estudo ou para solicitar sua retirada da pesquisa, basta se comunicar com ROBERLEI ALVES BERTUCCI, via e-mail: bertucci@utfpr.edu.br ou telefone: (41) 3310-4595.

Para reclamações ou denúncias sobre o presente estudo, contate o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UTFPR: telefone (41) 3310-4494 - Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR; email: coep@utfpr.edu.br.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41) 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br .

Assim, eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados neste documento utilizem os dados de minha participação neste questionário para fins de pesquisa científica/educacional. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas às minhas respostas possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. Os dados ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Dados do entrevistado

Profissão:

- Jornalista há menos de 5 anos**
- Jornalista há 5 e 10 anos**
- Jornalista há mais de 10 anos**
- Estudante de jornalismo entre os períodos 1 e 4**
- Estudante de jornalismo entre os períodos 5 e 8**
- Outro: _____**

Questão 1

Leia a frase a seguir e responda: que leitura (s) você considera possível (s) para a frase abaixo? (Você pode escolher mais de uma opção)

João: "O Pedro mandou você desligar essa merda de rádio!"

- a. Pedro considera o rádio uma merda;
- b. João considera o rádio uma merda;
- c. Pedro está irritado;
- d. O rádio é uma merda;
- e. Outro: _____

Questão 2

Leia a frase a seguir e responda: quem considera Rex peludo?

Maria: "A Joana disse que o peludão do Rex mordeu ela ontem."

- a. Maria
- b. Joana
- c. Talvez ambas
- d. Com certeza ambas

Questão 3

Leia a frase a seguir e responda: que leitura (s) você considera possível (s) para a frase abaixo? (Você pode escolher mais de uma opção)

Pedro: "A Maria pediu para eu pendurar aquela beleza de quadro."

- a. Maria considera o quadro uma beleza;
- b. Pedro considera o quadro uma beleza;

- c. Maria pediu para Pedro pendurar um quadro;
- d. Pedro quer pendurar um quadro;
- e. Outro: _____

Questão 4

Leia a frase a seguir e responda: que leitura (s) você considera possível (s) para a frase abaixo? (Você pode escolher mais de uma opção)

Pedro: "O João ainda não desligou a TV nova."

- a. João não desligou a TV;
- b. João afirma que a TV é nova;
- c. Pedro não desligou a TV;
- d. Pedro afirma que a TV é nova;
- e. Outro: _____

Questão 5

Leia a frase a seguir e responda: quem considera Pedro um gato?

Maria: "A Joana disse que o gato do Pedro vem pra festa."

- a. Maria
- b. Joana
- c. Talvez ambas
- d. Com certeza ambas

Questão 6

Leia a frase a seguir e transcreva a fala de Maria para o discurso indireto (reportado).

Maria: "Aquele horror de cartaz ainda está exposto."

Questão 7

Última questão: leia a frase a seguir e transcreva a fala de João para o discurso indireto (reportado)

João: "O animado do Pedro gritou o jogo inteiro."
